

Senadores assinam PEC que limitam em oito anos o mandato no STF, com direito a uma recondução

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Conselho é o grande nó da tributária

Segunda audiência de debates sobre a reforma no Senado mostra que a forma de distribuição dos recursos que serão arrecadados com impostos será o principal tema de discussão.

CORREIO POLÍTICO (LAGO) PÁGINA 4

Minirreforma eleitoral é aprovada

Apesar de polêmico, o texto que altera regras para as próximas eleições acabou tendo apoios tanto entre os partidos governistas como de oposição. Os destaques ao projeto, porém, ainda terão de ser votados hoje antes do envio para a apreciação do Senado.

PÁGINA 8



Presidente empossa Silvio Costa Filho (esquerda) e André Fufuca (direita) como Ministros de Estado



Fotos: Ricardo Stukert/PR

Lula dá posse envergonhada e sem... público à dupla do Centrão

De forma quase secreta, presidente da República empossa André Fufuca, no Ministério dos Esportes, e Silvio Costa Filho, no Portos e Aeroportos

PÁGINA 4

PL das apostas libera jogo do bicho online

CORREIO NACIONAL - FERNANDO MOLICA - PÁGINA 5 E PÁGINA 8

Começa o julgamento de réus do 8 de janeiro

Relator do caso, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, votou para condenar o primeiro dos quatro manifestantes a 17 anos de prisão. Já Nunes Marques votou por pena mais branda. Julgamento foi suspenso e prossegue nesta quinta-feira (14) com posição dos demais ministros da Suprema Corte.

PÁGINA 8

TSE mantém cassação do mandato de Deltan Dallagnol

A maioria dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) votou nesta quarta (13) contra o recurso do ex-deputado Deltan Dallagnol (Pode-PR) para anular a decisão que cassou seu mandato. Cinco dos sete ministros da Corte se manifestaram pela manutenção da cassação.

PÁGINA 4

ALEXANDRE GARCIA

Os vários problemas registrados no governo Lula

PÁGINA 2

RICARDO CRAVO ALBIN

Painel de Djanira encanta Museu de Belas Artes do Rio

PÁGINA 3

2º CADERNO

Divulgação



Ethan Hawke e Pedro Pascal atuam juntos em 'Estranha Forma de Vida'

O VELHO OESTE NAS CORES DE Almodóvar

Inspirado em clássicos do western, o espanhol Pedro Almodóvar envereda pelo gênero em 'Estranha Forma de Vida' e fala de sua conexão esse tipo de narrativa

PÁGINAS 1 E 2

Rodrigo Simas/Divulgação



'My Hearts Speaks', novo álbum de Ivan Lins, é lançado por selo americano de jazz, tem participações de peso e orquestra com 91 músicos

PÁGINA 5

Renato Mangolin/Divulgação



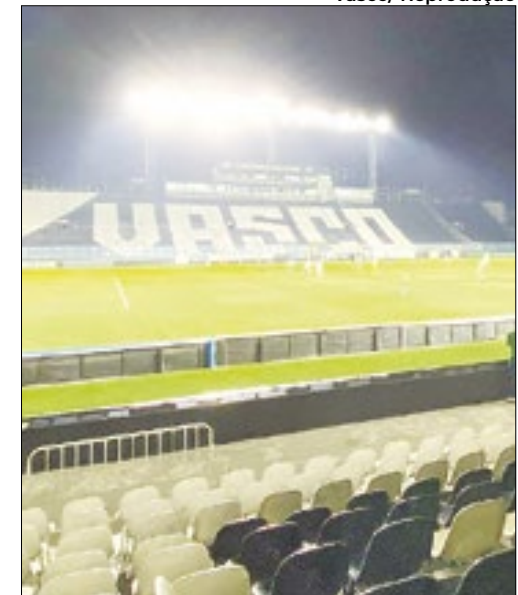
Júlio Adrião encena o monólogo 'A Descoberta das Américas', do italiano Dario Fo, em cartaz há 18 anos e que volta este mês a um palco carioca

PÁGINA 6

Vasco e MPRJ fazem acordo e São Januário será reaberto

O Vasco chegou a um acordo com o MPRJ, em reunião realizada ontem, e assinou o Termo de Ajustamento de Conduta para a liberação de São Januário. O clube, agora, aguarda a homologação na Justiça. A expectativa é que a torcida possa retornar no duelo com o Coritiba, dia 21, pelo Brasileiro.

Vasco/ Reprodução



Estádio estava sem jogo desde 24/06

PÁGINA 7

'Urgência na taxaçoão dos super-ricos é necessária'

A taxaçoão de super-ricos no Brasil precisa ser feita com urgência para reduzir as desigualdades, disse o economista Joseph Stiglitz, professor da Universidade de Columbia. Em visita a Brasília, o Prêmio Nobel de Economia participou do seminário Tributação e Desigualdades do Sul.

PÁGINA 6

Alexandre Garcia

Só problemas

Lula chegou cansado da Índia e passou o dia de ontem na residência, Palácio Alvorada. Será que as viagens ao exterior dão um alívio a Lula? Ou ele fica remoendo como resolver problemas que cada vez ficam mais intrincados? As dores no quadril não o deixam nem no outro lado do mundo, e deve estar com poucas alegrias. No início do ano, havia a euforia de começar mais um governo. Agora tem problema até dentro do próprio Palácio do Planalto, com o ex-deputado Jean Willys trazido pela Primeira Dama e lotado na Secom do Ministro Paulo Pimenta. Previsível que não daria certo. Agora ele chama seu chefe de mau-caráter, crítica o governador do Rio Grande do Sul, se refere a gado do PT e afirma que se não puder apontar os equívocos do próprio Lula não quer ficar. Lula, ao tirar a petista Ana Moser, provocou queixa de Janja nas

redes sociais. Vai ter que mexer com o ex-BB, ou desagradar Paulo Pimenta.

Na Esplanada, os problemas são semelhantes. Desagradou os socialistas ao tirar Márcio França do Ministério dos Portos e Aeroportos; vale dizer que mexeu também com o vice Alkimin, do mesmo partido. Botou lá um deputado do Republicanos, Sílvio Costa Filho. Só que o Republicanos não acompanhou. Emitiu nota afirmando que não faz parte do governo; que é independente e que Sílvio está lá por motivos pessoais. O caso de Juscelino Filho é diferente: está nas Comunicações porque o ministério foi dado ao União Brasil e Lula, que na primeira reunião ministerial prometeu que “quem estiver errado só tem um jeito, ser convidado a sair”, nada faz diante do bloqueio de bens em razão de emenda em favor da irmã prefeita, além dos

casos conhecidos do asfalto, do leilão de cavalos e do uso de jatinho da FAB. Mas o Ministério é do União Brasil. O Progressistas não se satisfaz com o Ministério que era de Ana Moser, e exige ampliação para apostas esportivas e também está de olho na Fundação da Saúde e na Caixa Econômica.

Lula vai para o exterior para ficar longe desses problemas? Mas, distante, parece saudosos deles e cria mais alguns. Disse que vai convidar Putin e não vai prendê-lo, mas depois alguém avisou que a ordem é de um Tribunal do qual o Brasil é estado-membro. Aí, ele se justifica e piora: primeiro diz que nem sabia da existência do Tribunal Penal Internacional, mesmo tendo citado expressamente o tribunal em seu discurso de posse em 2003 e mesmo tendo indicado uma juíza para aquele tribunal. E ainda piora: pergunta porque os Estados Unidos, China

e Rússia não fazem parte do órgão internacional de justiça, e afirma que fazem parte do TPI “só bagrinhos”. Que são 123 países, inclusive França, Itália, Alemanha e latino-americanos. Que trabalham vai ter o Itamaraty... O Presidente, se tivesse lido a Constituição, encontraria o Tribunal citado no parágrafo 4º do artigo 5º.

Agora está de volta, mas já vai a Cuba sexta-feira, por dois dias, e depois Nova Iorque. Pouco tempo em Brasília para encontrar soluções para problemas que não precisariam existir, e que tomam espaço de questões mais concretas, como o excesso de gastos e a queda na arrecadação, num país em que a insegurança jurídica se avoluma tanto quanto as despesas do estado. E ainda há a gigantesca tragédia no vale gaúcho do rio Antas-Taquari, que lembra Brumadinho, no primeiro mês de mandato do presidente anterior.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

JOSÉ APARECIDO MIGUEL (*)

Americanas atrasavam pagamento de fornecedor para gerar caixa, diz ex-CEO

1-EM MEIO A ESCÂNDALOS envolvendo militares, confiança plena nas Forças Armadas recua para 20%, indica pesquisa. Percentual era de 27% há um ano, mostra pesquisa ‘A Cara da Democracia’. Por Nicolas Iory. A confiança da população nas Forças Armadas recuou no último ano, indica a nova edição da pesquisa “A Cara da Democracia”, realizada pelo Instituto da Democracia (IDDC-INCT). O levantamento indica que hoje só 20% dizem “confiar muito” nos militares, seis pontos percentuais abaixo dos 27% registrados na pesquisa anterior, de setembro do ano passado. (...) (O Globo)

ele era a principal autoridade. Em operação conduzida pela PF terça-feira, 12, a Justiça autorizou a quebra do sigilo telefônico do militar. (...) (O Povo)

4-AO MENOS 200 RÉUS do 8/1 querem acordo com a PGR para evitar prisão. Por Carolina Brígido. Advogados de 200 réus acusados de participar dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro entraram em contato com a Procuradoria-Geral da República para manifestar interesse em fechar acordos de não persecução penal. A PGR ainda não finalizou as propostas. A previsão é que isso aconteça até o fim desta semana. (...) (UOL)

5-BRASILEIRO FORAGIDO nos EUA é capturado pela polícia. O brasileiro fugitivo Danilo Cavalcante foi capturado pelas autoridades dos Estados Unidos na manhã de quarta-feira, 13, após 14 dias de buscas. O que aconteceu - Segundo o portal 6ABC, da Pensilvânia, Danilo Cavalcante está vivo. A polícia tinha autorização para atirar para matar caso ele não quisesse se entregar. Mais de 500 policiais, inclusive agentes da Swat, estavam perseguindo o brasileiro. Danilo Cavalcante tinha sido incluído na lista vermelha da Interpol. A lista é uma ferramenta de cooperação policial internacional que visa localizar procurados da Justiça para fins de extradição. Danilo Cavalcante fugiu da prisão ao conseguir se apoiar entre duas paredes no pátio de exercícios e acessar o teto da prisão. A prisão do Condado de Chester fica no município de Pocopson Township. Ele foi filmado por câmeras de segurança à 1h43 da madrugada e às 12h30 do sábado (2), a cerca de 2,5 km da prisão, segundo as autoridades locais. (...) (UOL)

6-AMERICANAS atrasavam pagamento de fornecedor para

gerar caixa, diz ex-CEO. Por Pedro Canário e Graciliano Rocha. O depoimento do ex-CEO das Americanas Miguel Gutierrez à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em 16 de março ilustra a cultura corporativa de abuso contra fornecedores e obcecada por resultados e repartição de bônus a executivos da companhia, nem sempre de forma transparente. A conta da atividade-fim ficava, então, com os fornecedores dos produtos vendidos nos serviços das Americanas. de caixa”, disse Gutierrez à CVM. Logo depois reconheceu que a prática “estava errada”. (...) (UOL)

7-MAL EM RANKING - Brasil vai mal em ranking da OCDE: Aumentar a jornada escolar, oferecer formação profissional para os jovens e melhorar a qualidade do investimento público devem ser prioridades, segundo especialistas. Por Renata Cafardo. O Brasil aparece mal no relatório Education at a Glance, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia dados e políticas educacionais. O documento, divulgado nesta terça-feira, 12, mostra o Brasil com um dos mais baixos gastos com ensino básico, altos índices de jovens que não trabalham nem estudam e desinteressado pelo ensino técnico. De acordo com especialistas ouvidos pelo Estadão, os dados revelam um cenário desafiador, sobretudo diante das nossas profundas desigualdades sociais. Pesa também a transição demográfica, em que o País vê cair a proporção de crianças e adolescentes e precisa ter ganhos de produtividade para fazer crescer a economia. (...) (O Estado de S. Paulo)

8-JESUS MOTIVACIONAL: quem são os ‘coaches evangélicos’. Por Letícia Mori. O escritor Tiago Brunet se define como “treinador de líderes”, “mentor de gran-

des personalidades” e “especialista em pessoas”. Ele tem seu próprio método de treinamento e vende cursos e palestras sobre liderança e aperfeiçoamento pessoal, para ensinar as pessoas a terem uma “vida de paz e prosperidade”. Morador da Flórida, nos EUA, ele cobra R\$ 2.977 reais pelo curso presencial de três dias em São Paulo. Mas ele não é um coach típico: Tiago é evangélico e seu método de treinamento é todo baseado em princípios religiosos cristãos. Em seu site, o consultor define seu curso como “o primeiro 100% baseado em princípios milenares.” Um dos três pilares do seu método, por exemplo, gira em torno da fé e de como ter “acesso à vida eterna”, de como “agradar e Deus” e “ter uma relação íntima com Deus”. (...) (BBC News Brasil) **PIB ARGENTINO** - Argentina deve ter inflação de 100% e PIB estagnado em 2024, qualquer que seja o novo presidente. Candidatos já afirmaram que devem fazer ajuste fiscal no próximo ano; correção de distorções deve resultar em desaceleração da atividade econômica em um primeiro momento. Por Luciana Dyniewicz. (...) (O Estado de S. Paulo)

9-IPHONE 15 - Apple anuncia iPhone 15 por até R\$ 13.999 com mais zoom e carregador de Android. Empresa aposta em melhorias nos modelos de ponta para manter posição no mercado. Por Pedro S. Teixeira e Gustavo Soares. A Apple anunciou terça-feira (12) o iPhone 15, nova linha de smartphones da empresa que começa a ser vendida sexta-feira (15) nos Estados Unidos. (...) (Folha de S. Paulo)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

EDITORIAL

A importância dos grandes veículos

Recentemente o Correio da Manhã fez uma denúncia sobre um possível caso de intolerância religiosa no município de São Roque, no interior de São Paulo. Na ocasião, um líder religioso solicitou espaço público e policiamento para realizar um evento da religião candomblé, mas o pedido foi negado pela prefeitura. Dois meses depois, o Executivo municipal apoiou marcha de grupo evangélico na cidade.

Após recebermos os documentos envolvidos no caso, apuramos tudo, escutamos a prefeitura e, com todas as partes, divulgamos a reportagem. Por bocas são-roquenses, o Correio foi bem lido naquele fim de semana no município, já que é bem ‘estranho’ um jornal de outro estado, que não circula em São Paulo de forma impressa, fazer uma denúncia grave como esta e envolvendo o poder público municipal.

Uma semana depois, o G1 da região também noticiou toda a história e a repercussão cresceu ainda mais na “Terra do Vinho”. E foi somente depois de dois grandes veículos de comunicação do país, o Correio da Manhã e a Globo, com o G1 e a TV Tem Sorocaba, que os jornais e portais de São Roque começaram a se mexer para não ficarem para trás. Alguns deles, sem sequer apurar qualquer desdobramento, simplesmente reproduziram a reportagem íntegra. Deve estar acontecendo muita coisa por lá para que isso aconteça, só podemos concluir que seja isso...

Fatos como este acontecem e muito em regiões fora das grandes capitais. Portais

de notícias menores e jornais impressos acabam simplesmente ‘tapando os olhos’ para alguns fatos, principalmente os que envolvem poder público, e esquecendo o verdadeiro significado do tão importante jornalismo. No caso de São Roque, por exemplo, o jornal impresso mais tradicional da cidade não publicou sequer uma notinha sobre o possível caso que foi até denunciado pelo deputado estadual do Rio, Átila Nunes, defensor da liberdade religiosa no país, ao Ministério Público de São Paulo. Detalhe, um de seus administradores é o vice-prefeito da cidade. Já outro veículo, o maior portal de notícias daquela região, só tomou iniciativa após o G1 publicar e pasmem, nada foi apurado, somente reproduzida a matéria na íntegra. Um belo papel de um jornalista em, ainda mais que é referência no município... Fora que antes mesmo do fato se tornar matéria, o pai de santo já havia se pronunciado pelas redes sociais, impossível não terem notado nada. É mais fácil fingir que não viu para não comprar a briga, só pode!

Quando falamos em veículos de municípios menores, é de se esperar que a apuração seja ainda melhor pela proximidade aos fatos e fácil acesso aos envolvidos. Porém, neste caso, essa expectativa se tornou decepção.

Apesar tudo, é muito satisfatório saber que uma denúncia feita pelo Correio tomou grande repercussão em um estado que nem circulamos de forma impressa. É aí que vemos a importância dos grandes veículos de comunicação do país e sua influência.

A natureza cobra o preço da negligência

Faz décadas que o debate sobre a proteção ao meio ambiente e os efeitos que manter uma sociedade sem a sustentabilidade toma os principais congressos e encontros nacionais e internacionais.

As projeções dos cientistas, por mais negativas que fossem, sempre apontaram para as cheias e o calor extremo como principal efeito da poluição de mares e rios, do ar e do desmatamento sem controle que tomou o planeta nos últimos anos.

Como de costume, houve aqueles que aproveitaram a oportunidade para chamar os cientistas de loucos e alarmistas, definindo profissionais sérios como “profetas do apocalipse”.

Pois bem, os efeitos climáticos já podem ser sentidos há anos. Na Europa, por exemplo, ondas de calor próxima das 40° tomaram países como Espanha e Inglaterra, em 2022, causando

uma série de doenças, interações e até mesmo óbitos na população.

Nesta última semana, o mundo chorou com três tragédias sem precedentes: a devastação do Rio Grande do Sul pelas chuvas ocasionadas pela passagem de mais um ciclone, que deixou 47 mortos; Um terremoto que matou cerca de 3 mil pessoas no Marrocos; E agora uma tempestade catastrófica que deixou mais de 5 mil mortos na Líbia.

Esses desastres naturais podem ser evitados ou remediados com preparo e infraestrutura, mais ou menos como faz o Japão com seus terremotos. Basta a política descer de seu pedestal de arrogância e passar a ouvir e custear os cientistas, que dedicam suas vidas a prever e cuidar de casos como esses.

Quantas mortes mais serão necessárias para levarem o meio ambiente a sério?

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 100 ANOS: REVOLUCIONÁRIOS CONSEGUEM OUTRA VITÓRIA NO SUL

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de setembro de 1923 foram: depois das catás-

trofes ambientais, Japão agora sofre com as epidemias. Governo alemão mandou cessar as resistências passi-

vas no Ruhr. No Rio Grande do Sul, revolucionários conseguem nova vitória em Cerca de Pedras.

HÁ 75 ANOS: EM DOIS ANOS, 520 CARROS FORAM FURTADOS NO RIO

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de setembro de 1948 foram: URSS diz que Marshall é obrigado a comparecer na conferência sobre as colônias ita-

lianias, em razão do tratado de paz entre Itália e Iugoslávia. Franco e Salazar organizam conferência em prol dos seus regimes de governo. Em reportagem exclusiva, Correio divulga

que 520 automóveis foram furtados no Rio de Janeiro, em 2 anos. Vargas pede mais quatro mais de licença médica. Garimpo é incendiado em Porto Nacional, em Goiás.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)
Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente) marcos.salles@jornalcorreiodamanha.com.br
Cláudio Magnavita (Diretor de Redação) redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) Leo Delfino (Editor)
Telefones (21) 2042 2955 (11) 3042 2009 (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948.0452
Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-057
www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

Reginaldo Albuquerque

IBGE briga com a geografia e ignora municípios dentro da baía

Talvez você, leitor, ainda não tenha feito as contas: o litoral fluminense tem 25 cidades e apenas 5 - São Gonçalo, Magé, Guapimirim, Mangaratiba e São Francisco - não pertencem à zona de produção principal de petróleo (ZPP) segundo os critérios do IBGE. É o caso de se perguntar qual a razão de excluir os cinco? O IBGE briga com a geografia e se amarra no critério equivocadamente de que as águas interiores da baía não pertencem ao oceano. De onde seriam, então?

Os municípios incluídos na ZPP têm direito a valores altos de royalties por fazerem confrontação com os campos de produção em alto mar. Mas o critério restritivo das linhas, utilizado pelo IBGE, desconsidera o impacto das mesmas águas marítimas, diferencia os vizinhos e termina por marginalizar municípios excluídos do critério, causando distorções e injustiças. Nada justifica não aplicar um critério isonômico para todos os municípios do litoral, em nome do equilíbrio na distribuição dessa receita.

A distribuição de royalties de petróleo, além de seguir a lei, precisa ser justa e coerente. É inadmissível que algumas cidades litorâneas, especialmente de Rio de Janeiro e São Paulo, banhadas pelo mesmo oceano, não sejam classificadas entre os

principais beneficiários de royalties, em detrimento de seus vizinhos, que criaram fundos soberanos para administrar o alto volume de recursos, como é o caso de Niterói e Maricá.

O STF já corrigiu o IBGE no caso das linhas divisórias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, dando ao Paraná royalties que eram devidos à Santa Catarina. Fica claro, portanto, que o IBGE não é infalível. Acerta, mas também erra e precisa se corrigir, como fez ao reparar seu erro histórico de interpretação no caso do litígio entre São Sebastião e Ilhabela, reconhecendo que a ilha faz sombra sobre o continente e dando a São Sebastião o direito aos royalties referentes à produção em alto mar.

Não é o caso de entrar no discurso pouco técnico de se distribuir royalties para cidades distantes do litoral, sem qualquer relação com a indústria do petróleo, mas não se pode permitir o desequilíbrio nos critérios para distribuição entre municípios de praia, na região de exploração petrolífera, que cria cidades riquíssimas ao lado de vizinhos paupérrimos.

***Presidente da Associação dos Municípios Sede de Pontos de Entrega e/ou Recebimento de Gás Natural (Ampegas)**

PINGA-FOGO

■ **PARTIDOS NO COMANDO** - Curiosa a semana na política do Rio. O PL está no comando da Prefeitura da capital, já que Eduardo Paes embarcou para Singapura e passou o governo municipal para o vice-prefeito Nilton Caldeira. No Estado, o comando passou para o União Brasil, com o vice Thiago Pampolha à frente do Guanabara com a semana de férias do Governador Cláudio Castro. Tem gente que vê este cenário como um prenúncio de 2024 e 2026.

■ **TROCO NO STF** - O senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) protocolou, na tarde de ontem, sua proposta de emenda à Constituição que estabelece uma espécie de mandato de oito anos para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Assinam a PEC com ele diversos senadores de oposição, como Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Eduardo Girão (Novo-CE), Rogério Marinho (PL-RN) e Astronauta Marcos Pontes (PL-SP).

■ **VESTIBULAR** - Na verdade, a proposta de Valentim estabelece que os ministros terão de se submeter novamente à arguição do Senado a cada oito anos. Depois disso, os senadores poderão reconduzir os ministros por mais um período de oito anos ou destituí-los.

■ **FREIOS E CONTRAPESOS** - "Os poderes são e devem ser dinâmicos e não estáticos quanto ao seu exercício, devem acompanhar a sociedade, seu fim maior e toda sua evolução", argumenta o senador. Ele diz que sua proposta aumenta o necessário equilíbrio entre os poderes, previsto por Montesquieu ainda no século 18 no seu célebre "O Espírito das Leis". O "sistema de freios e contrapesos" a partir do qual um poder limita os demais.

■ **SANTA ESPERA** - Tem inquilino do Guanabara que não pegou os fluidos da princesa Isabel, que residiu no Palácio. O santo rapaz chamou o presidente de uma instituição do estado para uma reunião na terça e deu um chá de cadeira de duas horas. Não atendeu e remarcou para o dia seguinte, quarta (13), deixando o presidente esperando por 3:48 minutos. É lógico que a autoridade desistiu de esperar e foi para um compromisso já agendado no Tribunal de Justiça do Rio. Um total desrespeito à agenda alheia, que demonstra uma ausência de maturidade, o que pode atrapalhar o moço em subir mais um degrau na sua pro-



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



A Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro inaugura hoje, no BarraShopping, um estande para divulgar os atrativos das 12 regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro. A ideia do secretário Gustavo Tutuca é aproveitar o grande fluxo de pessoas que virão para a Abav Expo, que acontece de 27 a 29/9, no RioCentro. A ação tem apoio da Multiplan, ABIH-RJ e Abav-RJ

missora carreira. O fato causou comoção a quem soube, principalmente pela falta de respeito com o tempo dos outros e com o próprio serviço público. Em tempo: Isabel assinou a lei Áurea, também em um dia 13, em maio de 1888.

■ **EXCELSIOR E FOA** - O presidente da Fundação Oswaldo Aranha (FOA), Eduardo Prado, assinou dois importantes convênios de contribuição social e de incentivo à educação com o presidente da Fundação Sérgio Loureiro, o empresário Rogério Loureiro, diretor da Transporte Excelsior, na última quarta-feira, dia 12. A FOA é mantenedora do Centro Universitário de Volta Redonda, o UniFOA.

■ **TESTEMUNHA DOS CONVÊNIOS** - A reunião contou ainda com a presença de Roberto Leoncini, vice-presidente de vendas e marketing de caminhões e ônibus da Mercedes-Benz do Brasil, convidado para ser testemunha em ambos os convênios. O encontro aconteceu na filial da Transporte Excelsior, em Barra Mansa, onde foi firmada uma parceria para que as atividades de extensão, desenvolvidas pelos cursos do UniFOA, sejam ampliadas para crianças assistidas pela Fundação Sérgio Loureiro.

■ **SUBIU O TOM** - Como de costume, a política em Itaitiaia, município do sul do Estado do Rio, está em eferescência. Depois de o vice-prefeito, Denilson Sampaio, ter rompido com a atual gestão, conforme o Correio Sul Fluminense noticiou com exclusividade, o prefeito Irineu Nogueira não deixou por menos e disparou: "Ele pediu exo-

neração da Secretaria de Turismo, mas não renunciou ao cargo de vice-prefeito, o que implicaria em abrir mão de sua remuneração", espetou.

■ **VISÃO FRACASSADA** - Irineu Nogueira classificou a atitude de seu vice-prefeito como "uma visão fracassada, que atrasou o desenvolvimento de Itaitiaia e levou o município às páginas policiais". A declaração do prefeito é sobre o ex-prefeito Silvano Rodrigues da Silva, o Vaninho, preso em uma operação do MPRJ que investigou fraudes na prefeitura.

■ **EXPLICAÇÕES AO MPF** - A procuradora da República Luciana Gadelha, do Ministério Público Federal em Petrópolis, pediu a paralisação das obras de instalação de uma estação de tratamento de esgoto no Quarteirão Italiano, no município. A obra da concessionária Águas do Imperador, em um terreno cedido e licenciado pela Prefeitura de Petrópolis, não foi discutida de forma transparente com os moradores do bairro. A pedido da associação de moradores, que alegam que a construção está dentro dos limites de uma unidade de conservação federal, a APA Petrópolis, a procuradora deu trinta dias para que a Prefeitura e a Concessionária se expliquem. E até que seja solucionado, a obra de instalação está suspensa.

■ **Mas o problema ainda é um pouco maior para o prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo.** O recurso que está sendo utilizado nesta obra, cerca de R\$ 8 milhões, faz parte de um termo aditivo firmado com a concessionária em abril deste ano. Outra estação de tra-

tamento faz parte do pacote, que está sendo construída dentro do Parque Municipal Paulo Rattes, o principal espaço para grandes eventos, como o festival Rock The Mountain, que atrai público de todo o país. No próximo dia 22, terá uma reunião no MPF para debater os estudos técnicos em que foram baseados os projetos.

■ **JAÉ** - Os primeiros resultados do bilhete eletrônico 'Jaé' frustraram os envolvidos no lançamento do cartão da Prefeitura do Rio para o transporte público. Dados disponíveis no site da Secretaria Municipal de Transportes revelam o tímido início do 'Jaé' no BRT. De 19 de julho a 31 de agosto, a empresa responsável pelo novo cartão repassou ao Município somente R\$ 45.709,35, já descontada a taxa de 4% cobrada para a operação do sistema de bilhetagem, com receita média diária de apenas R\$ 1.038,85.

■ **BAIXA ADESÃO** - Se considerar a tarifa de R\$ 4,30 no BRT, a receita total do 'Jaé' equivale a 11.073 passageiros pagantes nos primeiros 44 dias de operação. Ou seja, foram registradas, em média, apenas 252 viagens por dia. Levando-se em conta que o passageiro utiliza o cartão na ida e na volta de seu destino, apenas 126 pessoas aderiram, por dia, ao novo sistema de pagamentos no BRT. Temendo transtornos aos passageiros, há quem já defenda a ampliação do período de testes do Jaé, uma vez que, inicialmente, a previsão era o dia 31 de outubro, quando ele passaria a ser o único cartão aceito nos corredores Transoeste, Transcarioca e Transolímpica.

Fernando Molica

Anistia dolosa

Ao combinarem aprovar proposta que anistia partidos políticos por diversas irregularidades em suas prestações de contas, deputados e senadores ajudam a confirmar o senso comum de que priorizam seus interesses.

É bom para a democracia que partidos tenham financiamento público, isso diminui a desigualdade na disputa e, em tese, elimina o investimento em candidatos feitos por empresas que, lá na frente, vão cobrar seu ressarcimento. O patrocínio privado de campanhas acaba sendo mais custoso para os cofres públicos.

O problema é que, entre nós, políticos são excessivamente generosos na hora de doar dinheiro público para seus próprios projetos. Isso transformou a criação de partidos num grande negócio. Apenas em 2022, essas agremiações receberam um total de R\$ 6 bilhões, entre verbas para campanha eleitoral e para a manutenção de suas estruturas.

Pior é quando políticos de todas as tendências resolvem que não precisam prestar contas da aplicação desse dinheiro que saiu do bolso de cada um de nós. Volta e meia a imprensa divulga casos de uso indevido dessa grana — a tendência é de que os desvios e roubos sejam perdoados pelos próprios pecadores.

Política não foi feita para beneficiar políticos, não é — ou não deveria ser — uma entidade à parte, um clube fechado com o único objetivo de gerar benefícios para os seus sócios.

Caso aprovem a anistia, deputados e senadores agirão contra a sua própria existência, reforçarão as queixas dos que dizem que políticos são todos iguais, que não pensam no país. Abrirão caminho para novas aventuras daqueles que, de tempos em tempos, vestem a fantasia de salvadores da pátria.

Mais do que movimentos ideológicos de direita, as vitórias de Fernando Collor de Melo em 1989 e de Jair Bolsonaro em 2018 foram resultado de um processo de indignação coletiva, de busca de um candidato que fosse contra tudo o que fosse identificado como poder.

Políticos parecem esquecer que, num caso de ruptura institucional (e estivemos bem perto disso), eles também perdem empregos e oportunidades. A história mostra que golpes e mesmo revoluções têm tendências autofágicas, é só ver o que aconteceu com tantos políticos que, em 1964, apoiaram a derubada de um governo constitucional, entre eles, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, e que acabaram tendo seus direitos políticos cassados.

É fundamental punir todos os que atuaram na intenção de 8 de Janeiro, mas a necessidade dessas condenações não pode servir para esconder a irritação de muita gente com a atuação daqueles que deveriam nos representar.

Lembrar do que ocorreu em 2023 é necessário, mas também é bom não esquecer do que ocorreu dez anos antes, com a explosão de revoltas por todo o país, atos que demonstraram uma profunda insatisfação com o universo institucional.

Anistia, mais do que significar perdão, remete a esquecimento (isso fica evidente na etimologia da palavra). Ao tramarem uma anistia para erros, mas, principalmente, para delitos cometidos com dinheiro público, políticos colocam de cabeça para baixo o ato de anistiar e fazem um gol contra. O gesto, quando vier a ser concretizado, não indicará possibilidade de qualquer esquecimento, apenas reforçará a necessidade de lembrarmos sempre desse tipo de atitude.

Ricardo Cravo Albin

O maravilhoso painel de Djanira resplandece no Museu de Belas Artes do Rio

Pouca gente guardou na memória que o Túnel Catumbi Laranjeiras, o primeiro a ligar as zonas norte e sul, registrou durante sua construção uma terrível tragédia, um bloco de granito da rocha se despreendeu e acertou dezenove operários que tiveram morte instantânea. Ali abriu-se um grande vão, de pé direito muito alto, quase à semelhança de uma catedral assombrosa, em cuja superfície lisa e vertical seria instalada uma das mais famosas obras de arte que a cidade do Rio receberia, um painel gigantesco encomendado à pintora Djanira em louvor à padroeira dos túneis, Santa Bárbara. O esboço inicial foi feito exatamente em 1963, há exatos 60 anos.

Por que me vem à cabeça memória tão desconhecida quanto rara? Porque seria a instalação do Painel de Djanira a primeira missão que receberia do Presidente da SURSAN, Enaldo Cravo Peixoto, quando adentrei nos quadros do então recém-criado Estado da Guanabara, recém-saído da Universidade do Brasil, nos meus verdes 22 anos de idade.

O painel monumental e toda sua construção me são pessoalmente estimados porque me fizeram entrar na intimidade de uma das obras de arte mais exclusivas e

originais feitas dentro da cidade.

Pois bem, dada essa relação tão íntima que mantive com o Painel de Djanira desde seu comecinho, permito-me fazer agora pequenas revelações públicas que fiquei a dever desde a transferência do Painel do Túnel Santa Bárbara — de acesso difícilíssimo, a tal ponto que seria a maior e a mais desconhecida obra de uma grande artista, Djanira Motta e Silva. Chegou mesmo a ser considerada inédita, por Oscar Niemayer a quem conduzi à gruta de Santa Bárbara ao lado do então prefeito de Curitiba Jaime Lerner. Ambos ficaram maravilhados, embora insatisfeitos com o acesso difícil que tornaria a obra a mais escondida do Rio.

Presenciei o momento em que Djanira exibiu em sua casa de Santa Teresa o primeiro estudo para seu Painel, uma Via Sacra muito colorida, logo não simpatizada pelos presentes, entre eles Lacerda, Enaldo, Burlle Marx e Lota Macedo Soares, acompanhados por Elizabeth Bishop, que foi a primeira a sugerir um Painel de Santa Bárbara em azuis e branco, para receber em tons mais severos e sóbrios as 19 almas vitimadas pela tragédia do final dos anos 50.

Aliás, abro um parêntese aqui para citar que o casal Djanira e o marido Mottinha moravam bem

no alto de Santa Teresa em uma vila encantadora, cujo acesso era feito por um plano elevado, onde trafegava um minúsculo bondinho de uso exclusivo dos moradores daquele pedacinho do céu, lá na cota mais alta.

Duas semanas depois a pintora convocou a reunião definitiva em sua vila para apresentar o projeto definitivo. Um monumental painel em azul e branco.

- "E quem, Djanira, pode executar esse imenso painel em duzi à gruta de Santa Bárbara ao lado do então prefeito de Curitiba Jaime Lerner. Ambos ficaram maravilhados, embora insatisfeitos com o acesso difícil que tornaria a obra a mais escondida do Rio.

Pude acompanhar, ao longo de meses exaustivos todo o trabalho desse grande artista judeu, hoje quase desconhecido. Adolpho trabalhou o guache original ampliando-o num enorme papel vegetal. E a seguir dividindo-o em centenas de pedacinhos, cada um correspondendo a um azulejo cerâmico, que depois de pintado

no traço original de Djanira, era queimado no forno de seu atelier. Ao final, o ceramista produziu mais de dez mil azulejos. Embalados em blocos de dez, o trabalho durou oito meses, acompanhado semana a semana por mim. Uma vez todos prontos, seriam armados pelo ceramista no mural de 115 m2, com apenas seis auxiliares que ele fez questão de contratar, seus alunos de cerâmica no MAM.

A misteriosa Catedral na Rocha — no exato meio do Túnel Santa Bárbara — só poderia ser vista de início nos domingos pela manhã. Era cada vez mais inacessível.

Até que levei, como fazia com dezenas de pessoas ligadas às artes, a visitar o Mural a Heloísa Lustosa, que se dispôs tanto a recuperar a obra de arte já avariada pela intensa umidade quanto a sugerir a Fundação Roberto Marinho que o painel fosse desmontado e instalado em área nobre do MNBA, que ela dirigia. Um recanto bucólico onde poderia ser apreciado por grande número de visitantes, com o nome de Recanto Lily e Roberto Marinho, que abrigou o Painel Djanira em 1985. Ele, que fora originalmente instalado com nome de Santa Bárbara no interior da rocha úmida onde pereceram 19 operários ao final dos anos 50.

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Ronaldo Caiado na sessão de discussão da reforma

Conselho é o grande nó da reforma tributária

Na segunda audiência pública que realiza para discutir o tema, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma tributária, reuniu na quarta-feira (13) especialistas para discutir o Conselho Federativo. E ficou claro que, na etapa de avaliação da reforma no Senado, esse conselho é o grande nó. No relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) que foi aprovado na Câmara, o conselho foi

criado como o órgão que definirá como se dará a distribuição pelos estados dos recursos arrecadados com os impostos sobre consumo. A formatação que saiu da Câmara dá peso de decisão aos estados proporcional aos seus tamanhos. Assim, São Paulo teria um peso maior nas deliberações do conselho. Tão logo a reforma chegou ao Senado, ficou claro que haveria reação.

Tarcísio

Na Câmara, a negociação que deu mais peso a São Paulo teve a participação direta do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. E foi fundamental para que o Republicanos votasse em peso a favor dela. Na Câmara, as bancadas são proporcionais ao tamanho dos estados.

Iguais

No Senado, todos os estados têm os mesmos três senadores. Então, parece pouco provável que a composição do conselho se mantenha a mesma. Como, afinal, será, ou mesmo se haverá, é uma das coisas que se discutem nas audiências que começaram a acontecer.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Para Amin, conselho fere o pacto federativo

Para Esperidião Amin, nem conselho deveria haver

As posições vão desde a extinção do conselho até uma nova distribuição da proporcionalidade. O senador Esperidião Amin (PP-SC) é um dos que é contrário à existência do conselho. Para ele, é algo que fere o pacto federativo. "Mais Brasil e menos Brasília", critica ele. Na avaliação de Amin, o Senado já é a casa da Federação brasileira. Assim, se houver qualquer dúvida sobre como os recursos devem ser distribuídos, o Senado seria o local para dirimir essas dúvidas. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que esteve ontem, na reunião, também é contrário. Outros propõem outro critério que leve mais em conta os estados menores.

ração brasileira. Assim, se houver qualquer dúvida sobre como os recursos devem ser distribuídos, o Senado seria o local para dirimir essas dúvidas. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que esteve ontem, na reunião, também é contrário. Outros propõem outro critério que leve mais em conta os estados menores.

Destino

Alguns dos especialistas apontaram que outros países que adotam imposto sobre Valor Agregado (IVA), a base da proposta de reforma que está em discussão, têm conselhos semelhantes. O que geraria a necessidade é que o recolhimento do imposto é feito no destino.

Submarino

Na berlinda por conta das investigações sobre atos golpistas, venda de joias, etc, as Forças Armadas trabalham para manter relevância. Nesse ponto, porém, é intenção do Ministério da Defesa manter os projetos que interessam aos militares, como o do submarino nuclear.

Até 2033

Até o final do ano, a Marinha espera receber o segundo submarino do acordo de transferência de tecnologia firmado com a França. Ao todo, o acordo prevê a entrega de quatro submarinos convencionais. E, até 2033, o submarino de propulsão nuclear.

Reator

O reator, que propulsiona o submarino, é totalmente desenvolvido pela Marinha brasileira. Os acordos de não proliferação nuclear exigem que não pode haver transferência de tecnologia. Da França, vem o submarino propriamente dito, casco e equipamentos.

Lula dá posse quase secreta a novos ministros

Ana Moser não transmite cargo para André Fufuca no Esporte

Por Rudolfo Lago

Na avaliação de muitos no Congresso, a forma como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu posse aos seus dois novos ministros, André Fufuca, do Esporte, e Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, foi um claro sinal de contrariedade. Lula não estaria fazendo algo por vontade própria, mas por imposição do Centrão. Lula deu posse aos novos ministros numa cerimônia fechada, quase secreta, envergonhada, sem público, dentro do seu próprio gabinete.

Além do presidente e dos dois novos ministros, estavam presentes no gabinete presidencial no Palácio do Planalto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o ex-ministro de Portos e Aeroportos e agora ministro da Pequena e Média Empresa, Marcio França, e familiares dos empossados.

Lula posou para fotos com os novos ministros. Ele e os dois novos integrantes do primeiro escalão, vindos do Centrão, fizeram um sinal de positivo, com o polegar para cima, na foto. Curiosamente, Marcio França, não.

O formato destoou do que aconteceu no início de agosto, quando tomou posse no Ministério do Turismo Celso Sabino, em substituição à deputada Daniela Carneiro (União-RJ). Como Sabino, os dois novos ministros são imposição do Centrão, grupo comandado na Câmara por Arthur Lira.

Sem público

Celso Sabino foi uma exigência do União Brasil. O marido de Daniela, o prefeito de Belford Roxo, Waguinho Carneiro, trocou o União pelo Republicanos, indicando que Daniela deverá fazer o mesmo na janela partidária. O União, então, reivin-



Lula e seus novos ministros: cerimônia envergonhada e sem público

dicou o cargo para outro nome da legenda. Escolheu-se Celso Sabino, amigo de Arthur Lira. Na sua posse, no Salão Nobre do Palácio do Planalto, estiveram presentes diversos parlamentares do Centrão, incluindo o próprio Lira. Na ocasião, porém, já tinha chamado a atenção o fato de Lula não ter feito discurso.

A entrada de Fufuca, do PP, e Silvio Costa Filho, do Republicanos, no governo foi uma imposição negociada no final do primeiro semestre, dentro dos acordos para a aprovação do arcabouço fiscal e da reforma tributária. O Centrão reivindicou os cargos, Lula aceitou, mas levou três meses para consumir a troca.

Durante esse período, diversos desenhos de substituição foram feitos. O PP de André Fufuca ambicionava o Ministério do Desenvolvimento Social, e Lula chegou a cogitar entregá-lo, retirando dele o Bolsa-Família. Ao final, Lula preservou o atual ministro, Wellington Dias. O desenho acabou re-

caindo por Esporte e Portos e Aeroportos.

Nesse processo, perdeu o cargo a ex-atleta do vôlei Ana Moser, que era ministra do Esporte. E Márcio França foi deslocado de Portos e Aeroportos para o novo Ministério da Pequena e Média Empresa para dar lugar a Costa Filho. Não sem reações, especialmente do PSB de Márcio França, que se sentiu desprestigiado.

Lula não quis dar a Arthur Lira palco maior para brilhar diante da posse dos novos ministros que apadrinhou. Daí, a opção pela cerimônia fechada. Nos bastidores, porém, o Centrão deu mostras de não ter gostado da manobra de Lula. Publicamente, porém, Arthur Lira não passou recibo. afirmou que isso não importava, tanto que ele compareceu ao ato de posse.

Ana não foi

À tarde, os novos ministros assumiram seus cargos nos ministérios. No Esporte, Ana Moser não transmitiu o cargo

para André Fufuca, demonstrando a sua contrariedade. Fufuca foi recebido pelo chefe de gabinete do ministério, José Armando Fraga Diniz Guerra, e pela secretária-executiva, Juliana Agatte.

Já Márcio França transmitiu o cargo para Silvio Costa Filho, que chorou e se emocionou ao discursar. Costa Filho agradeceu a oportunidade dada por Lula. E indicou que trabalhará para levar o Republicanos para mais próximo da base. "Não é hora de divergências. É hora de convergências para a gente trabalhar por um Brasil melhor", discursou o novo ministro.

Já Márcio França disse ainda não saber bem o que fará seu novo ministério. Segundo ele, ainda "há detalhes" a serem discutidos. França nem sabia direito o nome do Ministério. "Acho que não entrou micro", disse ele. O Ministério vai se chamar do Empreendedorismo, da Micro e Pequena Empresa.

TSE forma maioria contra recurso de Dallagnol

Por José Marques (Folhapress)

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formou maioria nesta quarta-feira (13) para rejeitar um pedido do ex-procurador da República Deltan Dallagnol, que coordenou a força-tarefa da Operação Lava Jato, para suspender a decisão que cassou o seu mandato de deputado federal pelo Podemos-PR.

O recurso foi rejeitado pelos ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Benedito Gonçalves e André Ramos Tavares. Ainda não haviam votado, até o fechamento desta edição, os ministros Kassio Nunes Marques, Raul Araújo e Floriano Azevedo Marques.

O julgamento acontece em sessão virtual, numa plataforma onde os ministros depositam seus votos, que vai até esta quinta-feira (14). Até lá, pode haver modificação no entendimento dos integrantes da corte.

A defesa de Deltan argumentava por meio de embargos de declaração, uma espécie de recurso que tem como finalidade esclarecer contradições ou omissões em decisões judiciais, que o TSE invadiu o mérito de procedimentos do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público). Deltan foi cassado em maio,

em ação decorrente de representação da Federação Brasil da Esperança (PT, PC do B e PV) e do PMN, que alegaram que ele não poderia ter deixado a carreira de procurador da República para entrar na política porque responderia a sindicâncias, reclamações disciplinares e pedidos de providências junto ao CNMP --que fiscaliza os deveres funcionais dos integrantes do Ministério Público.

Seus advogados, Leandro Rosa e Hallexandrey Marx, afirmaram ao TSE que a decisão fez suposições sobre as reclamações disciplinares de Deltan no CNMP.

Para eles, houve "análise conjectural do que poderia ou não se tornar um processo administrativo disciplinar (PAD), do que seria ou não conduta grave, do que resultaria ou não em pena de demissão, de modo a sustentar a ideia de que esta (a imaginada demissão) seria o único resultado possível em todos os procedimentos".

A defesa argumenta que a decisão é contraditória, "já que fez a afirmação genérica de que não estaria a 'invadir a competência de outros órgãos'".

"Se, de fato, os procedimentos administrativos poderiam ser transformados em PAD, por via



Deltan pedindo suspensão de sua cassação

de consequência lógica, também poderiam não ser. O CNMP não converteu nada em PAD; e, mesmo assim, o acórdão embargado julgou que eles existiriam, ou poderiam vir a existir um dia", afirma a defesa.

"Mas, concretamente, não ficou esclarecido em quais circunstâncias e com qual respaldo legal." Os advogados pedem que a decisão seja suspensa até que o tribunal possa julgar o tema com apresentação de manifestação sobre as questões apontadas pela defesa e que haja reversão da decisão anterior.

Caso isso não seja aceito, eles pedem que as questões jurídicas sejam "explicitamente analisadas, deliberadas e prequestionadas" para que possa viabilizar um recurso a instância superior --ou seja, o STF (Supremo Tribunal Federal). À época da cassação, Deltan

afirmou em nota estar indignado com a decisão do TSE e que está em curso no Brasil uma "vingança sem precedentes" contra "agentes da lei que ousaram combater a corrupção".

Ele pediu exoneração em novembro de 2021 com planos de disputar um cargo eletivo, em movimento similar ao feito antes pelo ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro. Disse que foi uma escolha para "fazer mais, fazer melhor e fazer diferente diante do desmonte do combate à corrupção".

Em julgamento anterior, o TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná) havia rejeitado os pedidos dos adversários de Deltan e deu andamento à diplomação, etapa final do processo eleitoral que permitiu a posse no Congresso Nacional no início do ano.

O ex-chefe da força-tarefa da Lava Jato foi eleito deputado com mais de 340 mil votos.

Fernando Frazão/Agência Brasil

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA

Moreira Mariz/Agência Senado



Biscaia: proposta contrária Lei das Contravenções

Projeto de apostas libera jogo do bicho on-line

Ex-procurador-geral de Justiça do Rio, Antônio Carlos Biscaia diz que o relatório do projeto que regulamenta apostas on-line permite a legalização de sites de jogo do bicho e a existência de espaços físicos para o recolhimento de apostas. Um acordo indicava a aprovação do relatório ainda ontem.

Para Biscaia, que teve atuação decisiva em 1993 para a condenação de

bicheiros fluminenses o projeto vai contra a Lei das Contravenções Penais, de 1941. Também ex-deputado federal, afirma que a proposta de regulamentação deveria incluir a revogação de artigos da lei que impedem jogos de azar. A lei também proíbe apostas sobre competições esportivas, o que, para ele, afeta o que já vem sendo oferecido pelas bets.

Façam o jogo...

A permissão para a legalização de sites do jogo do bicho é consequência da decisão do relator, Adolfo Viana (PSDB-BA), de permitir apostas também em “eventos virtuais de jogos on-line”, o que abriu caminho para a regulamentação de jogos típicos de cassinos nos sites.

...senhores

Apesar de ser focado em “eventos reais de temática esportiva” e em jogos on-line, o relatório prevê a existência de estabelecimentos físicos — ou seja, lojas dos próprios sites — venderem bilhetes impressos “antes ou durante a ocorrência do evento objeto da aposta”.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Elmar Nascimento conversou com Lula sobre alíquota

Centrão garante verba de imposto para seus ministérios

Na negociação para aprovar o projeto — feito pelo Ministério da Fazenda e modificado pelo relator —, partidos do Centrão garantiram verbas para dois ministérios que comandam. Dos 18% de imposto sobre o faturamento das empresas, 4% irão para o Turismo (União) e 4% para o Esporte (PP). O relatório seguiu a pro-

posta do governo e manteve a alíquota sugerida. A tentativa de reduzir o percentual para 12% chegou a ser defendida na Câmara, mas não avançou. Líder do União, Elmar Nascimento (União-BA), disse a colegas que o presidente Lula o alertou que a diferença entre 12% e 18% iria para órgãos controlados pelo Centrão.

Outorga

O acordo diminuiu de cinco para três anos a validade da autorização para empresas explorarem as apostas: a outorga vai custar R\$ 30 milhões. Deputados do Centrão ainda tentaram tirar do Ministério da Fazenda e jogar para o Esporte a regulamentação da lei.

Ausência

A decisão do ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, de autorizar que Marília Ferreira Alencar não fosse depor na CPMI do 8 de Janeiro foi tomada em 29 de junho. O Congresso recorreu, mas o ministro não voltou atrás nem levou o caso para o plenário.

Restrições

Como antecipado pela coluna, o projeto prevê restrições para a publicidade das bets, que hoje patrocinam times, eventos e programas esportivos. Personalidades contratadas para anunciar apostas não poderão sugerir que o jogo “contribui para o êxito pessoal ou social”.

Justificativa

Ex-subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança do DF, Marília é suspeita de omissão no 8 de Janeiro. Em sua decisão, só divulgada na noite de terça, Marques disse que ela, já investigada no STF, não deveria ter sido convocada como testemunha.



Defesa Civil/RS

Estragos do ciclone extratropical, que devastou Rio Grande do Sul, deixando 47 mortos

Restabelecer a comunicação no RS

Ministério das Comunicações cria força-tarefa para reativar sinais de telefone e internet

O Ministério das Comunicações criou comitê de crise para apoiar o Rio Grande do Sul no restabelecimento dos serviços de telecomunicações e nas ações humanitárias nas áreas atingidas pelo ciclone extratropical, que afetou grande parte do estado no início do mês. A portaria publicada no Diário Oficial da União estabelece que o colegiado atuará até que a situação seja totalmente normalizada na região, sem prazo de duração.

“Não iremos descansar enquanto não estiver assegurada a volta à normalidade para a região Sul”, garantiu o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, ao destacar a importân-

cia da comunicação para que as equipes de apoio humanitário possam atuar. “A comunicação, especialmente pela internet, também é um direito que devemos assegurar a todos”.

O Ministério das Comunicações anunciou que 39 cidades tiveram o sinal de telefonia móvel afetados, que foram restabelecidos nos dias seguintes. Além disso também foram instaladas 13 antenas de conexão banda larga via satélite nos municípios de Encantado, Roca Sales, Muçum, Santa Tereza, Lajeado e Arroio do Meio, com o objetivo de melhorar a conectividade durante o processo de reconstrução da região.

O comitê de crise será coor-

denado pelo ministro das Comunicações, e terá a participação de outros seis integrantes da pasta, além de dois representantes da Anatel e dois da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A atuação do grupo vai levantar informações e estabelecer prioridades sobre os danos causados aos sistemas de telecomunicações.

Segundo o ministério, uma reunião emergencial já mobilizou o setor e envolveu as empresas que operam na região. Além das ações emergenciais, como a liberação do roaming e o restabelecimento dos serviços, as operadoras também estão contribuindo com a doação de água, alimentos e roupas.

Defesa para os ativistas

Ticiane Ribeiro/Opi.Isolados

Mais de um em cada cinco assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente no mundo, registrados em 2022, ocorreram na Amazônia. No total, 177 pessoas perderam a vida em todo o planeta, sendo 39 (22%) na maior floresta tropical. É o que mostra levantamento da organização não governamental Global Witness, que há mais de uma década denuncia ameaças e mortes de defensores ambientais. Pela primeira vez, a instituição contabilizou os ataques a defensores atuantes no bioma.

A consultora sênior da Global Witness, Gabriella Bianchini, destaca que os números revelam a Amazônia como um dos lugares mais perigosos para os ativistas, com ameaças e tortura compartilhadas pelas comunidades de toda a região. A Amazônia tem quase 6,9 milhões Km² e abrange 8 países da América do Sul.

Segundo ela, ao atuarem contra a pressão agropecuária, desmatamento e garimpo ile-



Em Atalaia do Norte, fincaram as cruzes de Bruno e Dom.

gal, os defensores passam a ser intimidados e atacados.

“Esse número assustador é a tradução da ausência do Estado: a ausência de políticas públicas focadas na proteção de defensores e defensoras, na preservação de territórios tradicionais e na preservação do meio ambiente, e na demarcação de territórios tradicionais, bem como a ausência de responsabilização de empresas e outros

agentes envolvidos em violações dos direitos humanos de defensores e defensoras”, disse.

Os indígenas estão entre os mais ameaçados. Mais de 36% dos ativistas assassinados no mundo, em 2022, eram de origem indígena, o equivalente a 39 pessoas. Em seguida, estão pequenos agricultores (22%) e afrodescendentes (7%). Só na Amazônia, foram identificadas as mortes de 11 indígenas.

Além das pneumonias

Meningite pneumocócica? Apesar do nome pneumococo, essa família de bactérias está associada a doenças que vão além dos pulmões, podendo causar infecções graves nessas e em outras partes do corpo, incluindo quadros generalizados e letais. Além da pneumonia, a bactéria causa meningites, otites, sinusites, bronquites e laringites, e pode agravar para um quadro de sepsis.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que as doenças pneumocócicas são responsáveis por 15% de todas as mortes de crianças menores de 5 anos em todo o mundo.

Elas também são consideradas a maior causa de mortalidade infantil por uma doença prevenível por vacinas e, somente na América Latina e Caribe, causam até 28 mil mortes infantis por ano. A Sociedade Brasileira de Imunizações também ressalta a importância de se proteger contra o pneumococo, que é mais comum no inverno e causa quadros agravados associados ao vírus da gripe.

A boa notícia é que a infecção por essas bactérias pode ser prevenida por vacinas gratuitas disponibilizadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), que completa 50 anos

em 18 de setembro de 2023.

A imunização importa principalmente no início da infância, pois as doenças pneumocócicas são especialmente graves para menores de 5 anos, idosos e pessoas com comorbidades.

A transmissão dos pneumococos pode ser silenciosa. Essas bactérias são disseminadas por meio de gotículas de saliva ou muco, eliminadas pela tosse ou espirro, por exemplo. As pessoas infectadas podem transmitir-las mesmo sem apresentar sinais ou sintomas da doença, o que torna a vacinação ainda mais importante como estratégia de prevenção.

Debate sobre a linguagem indígena em São Paulo

Começou na quarta (13), na capital paulista, o Transfusão, evento sobre tradução literária que debate as diferentes linguagens artísticas em diálogo com quilombolas e povos originários brasileiros. Em sua 12ª edição, o Transfusão aborda como o céu e a terra são representados pelas diferentes culturas e etnias.

“Todas as culturas sempre lidaram com essa questão. A gente pode falar tanto de astronomia quanto de morada dos deuses. Como que cada um vê o céu? Há o entendimento ocidental de astronomia e há o conhecimento das diversas etnias brasileiras indígenas, por exemplo, sobre o céu”, destaca a organizadora do evento, Simone Homem de Mello, tradutora literária e poeta.

O evento tem como sede a Casa Guilherme de Almeida, na zona oeste de São Paulo. O local leva o nome do poeta modernista, ensaísta e tradutor brasileiro que utilizava o termo “transfusão” para definir o que era tradução.

Para participar das mesas-redondas é necessário se inscrever no site da instituição. O museu Casa Guilherme de Almeida, localizado no Sumaré, na zona oeste de São Paulo, pertence à Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do estado e conta com a gestão do Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura.

Motoboys protestam por melhores condições

Motoboys e empresas de plataformas digitais não chegaram a um acordo para melhorar as condições de trabalho dos entregadores. Após pouco mais de quatro meses de negociação em um grupo de trabalho (GT) instituído pelo governo federal, representantes dos profissionais de entrega saíram insatisfeitos da reunião realizada na terça (12), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília. Motoboys fizeram uma mobilização na Esplanada dos Ministérios, pedindo que as empresas de aplicativos ofereçam remuneração mínima decente e condições dignas de trabalho, com diretrizes de saúde e segurança, para seus trabalhadores.

Os entregadores protestaram contra a demora na regulação do serviço e dizem que a renda por hora trabalhada nos aplicativos caiu 53,60% depois da popularização dos apps, de R\$ 22,90 em 2013 para R\$ 10,55 em 2023.

O Conselho Nacional dos Sindicatos de Motoboys e Motoentregadores, a Aliança Nacional dos Motoboys e Motoentregadores e as centrais sindicais reivindicam os valores mínimos de R\$ 35,76 para motociclistas e R\$ 29,63 para ciclistas profissionais por hora de trabalho. Já a proposta das empresas varia de R\$ 10,20 a R\$ 12 para motociclistas e de R\$ 6,54 a R\$ 7 para ciclistas.

Para o dia 18/09, os entregadores prometem paralisação nacional se não houver melhora na proposta.

CORREIO ECONÔMICO



Projeto pretende beneficiar 160 mil empreendedores

Caixa reabre linha de R\$ 300 milhões para microcrédito

Cerca de 160 mil empreendedores poderão ter acesso, ainda no segundo semestre, a crédito barato com orientação técnica. A Caixa Econômica Federal reabriu a linha Microcrédito Caixa Repasse, que destinará R\$ 300 milhões até dezembro ao programa. Com valor mínimo de R\$ 100 mil, os empréstimos terão juros a partir de 0,69% ao mês, com o valor final da taxa dependendo da viabilidade do projeto. O pagamento

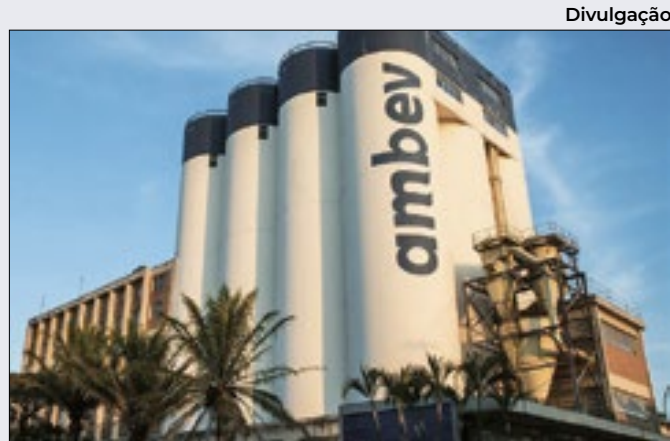
será feito em 48 parcelas com a primeira somente 6 meses após a contratação. Como a ação faz parte do MPO, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, os juros estão limitados a 4% ao mês. O dinheiro será emprestado às entidades de crédito que integram a Abcred. Caberá a essas entidades emprestar os recursos aos empreendedores. Os interessados devem entrar em contato com uma das instituições.

Rejeitou

A CVM rejeitou a proposta de três acordos em um caso que apura manipulação com os preços do fundo imobiliário da CARE11, do ramo funerário. Foram rejeitadas as propostas feitas pela empresa de investimentos Cortel e por dois investidores, em um valor que chega a R\$ 1,5 milhão.

Autuação

O fundo Transinc recebeu uma autuação fiscal no valor de R\$ 12,2 mi, que envolve uma interpretação sobre a aplicação da tributação de pessoas jurídicas. Segundo a Receita Federal seguiu o entendimento de que o fundo estaria sujeito à tributação aplicável às pessoas jurídicas.



Reunião de analistas evidenciou riscos para empresa

Queda na frequência de bares assusta receita da Ambev

Após um boom inicial logo após a reabertura da economia pós-COVID, que mostrou um aumento grande na frequência em bares por 6 a 9 meses, porém, essa frequência nos estabelecimentos reduziu para patamares até 15 a 20% menores que os registrados no período pré-pandemia. De acordo com relatório do Itaú BBA sobre

reunião com um grande proprietário de bares com foco na Ambev, isso pode ser motivado tanto por preços mais altos da cerveja quanto por mudanças nos padrões de consumo. Na análise, o banco destacou que, apesar dos riscos, a visão foi positiva e que há grandes chances de termos um ambiente corporativo favorável.

Aluga-se

O fundo imobiliário BRL Logo informou em fato relevante que um de seus locatários notificou a entrega de um dos galpões da carteira. Caso o imóvel não seja locado após a desocupação, que irá ocorrer em um prazo de oito meses, o impacto nas cotas do fundo será de R\$ 0,06.

Aluga-se 2

A empresa Bravo Armazéns Gerais comunicou que irá devolver o módulo M1 do Galpão Hortolândia II, no interior de São Paulo. O aviso prévio é de oito meses e, nesse período, a locatária continuará obrigada a fazer todos os pagamentos referente ao contrato.

Mudança

Os acionistas da Via aprovaram mudança de nome para Grupo Casas Bahia e aumento do capital social de até 3 bi de ações ordinárias, segundo ata da AGE publicada na terça (12). Essa será a segunda vez em dois anos que a varejista, dona das marcas Casas Bahia e Ponto, muda de nome.

Mudança 2

Em 2021, a empresa abandonou o nome Via Varejo para se chamar somente Via, denominação que agora também abandonou. O capital social, totalmente subscrito e atualizado, é de R\$ 5,138 bilhões, dividido em 1.598.431.289 de ações. Mais uma tentativa de recuperação da empresa.

Prêmio Nobel de Economia pede urgência em taxação

Segundo Joseph Stiglitz, reforma reduzirá desigualdades

Reprodução TV Brasil



Professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, Joseph Stiglitz

A taxação de super-ricos no Brasil precisa ser feita com urgência para reduzir as desigualdades, disse na terça-feira (12) o economista Joseph Stiglitz, professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Em visita a Brasília, o Prêmio Nobel de Economia participou do seminário Tributação e Desigualdades do Sul Global: Diálogos sobre Justiça Fiscal, organizado pelo Inesc e pela Oxfam Brasil. Segundo Stiglitz, a tributação dos super-ricos é importante para financiar a redistribuição de renda. Para ele, as democracias só podem se desenvolver plenamente num cenário de justiça econômica e social, com uma taxação compulsória das camadas mais favorecidas.

“É essencial que os governos tenham recursos adequados, mas infelizmente o senso de comunidade não é forte o suficiente para que os cidadãos com mais recursos os deem de bom grado para a sociedade. Em nenhum lugar do mundo os super-ricos darão metade dos seus rendimentos porque querem uma sociedade mais

justa, então é preciso que haja impostos”, justificou o economista. Ele destacou que há super-ricos que reconhecem e criticam os privilégios tributários, “mas só aceitam pagar os impostos se todos os outros também pagarem”.

Além de taxar a renda dos super-ricos, apontou Stiglitz, o Brasil precisa aprovar uma reforma tributária que reduza

a tributação sobre o consumo. Além da redistribuição de renda, o economista diz que a reforma é importante para financiar uma transição para a produção de energia renovável com desenvolvimento sustentável, num contexto de desaceleração econômica global.

“Acho muito importante que a reforma tributária seja feita rapidamente, com urgência. A

economia global não apresentará um contexto favorável. As coisas estão mais lentas na China, na Europa. Serão necessárias receitas urgentes por conta da transição verde e do clima. Se não for feita essa reforma, a pressão para ter políticas macroeconômicas retráidas será muito forte e vocês serão prejudicados duplamente pelo crescimento lento e pela falta de políticas públicas”, ressaltou.

Congresso reduz espaço para cashback

As exceções instituídas pelo Congresso Nacional reduziram o espaço para a devolução parcial de tributos pagos pelos mais pobres sobre a cesta básica, disse nesta terça-feira (12) o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Ele, no entanto, disse que o mecanismo, chamado de cashback, poderá ser instituído, mesmo que em escala menor que o

originalmente previsto.

“Ao optar por fazer desoneração da cesta básica e de outros produtos, o Congresso Nacional, vamos ser bem claros, reduziu o espaço para fazer o cashback. Não quer dizer que não terá. Existe a possibilidade de ter o cashback, mas ele certamente será menor do que poderia ser”, afirmou o secretário no seminário Tributação e Desigualdades no Sul Global: Diálogos sobre Justiça Fiscal, promovido pelo Instituto de Estudos

Socioeconômicos (Inesc) e pela organização Oxfam Brasil.

Durante a tramitação da reforma tributária na Câmara, os deputados incluíram uma série de bens e de serviços que pagariam metade da alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Adicionado Dual (IVA Dual), como cesta básica, insumos para a agropecuária e serviços de educação e saúde privadas. Posteriormente, essa alíquota foi reduzida para 40%

da alíquota padrão, com a criação de uma cesta básica nacional com alíquota zero.

Com as exceções, a alíquota padrão do IVA ficará entre 25,45% e 27%, segundo cálculos apresentados pelo Ministério da Fazenda no início de agosto, para que o governo não perda arrecadação. Sem elas, a alíquota padrão ficaria entre 20,73% e 22,02%, considerando o cenário original da reforma tributária.

Brasileiros investem no exterior

Divulgação



Investimento no exterior enchem os olhos dos brasileiros

Pesquisa da Fundação Dom Cabral (FDC) mostra que a maioria das empresas brasileiras que atuam no exterior aumentou os investimentos no mercado externo nos últimos dois anos. O estudo teve o apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do governo federal.

Segundo o levantamento “Trajetórias FDC de Internacionalização das Empresas Brasileiras”, divulgado nessa terça-feira (12), 45,1% das empresas brasileiras internacionais aumentaram os investimentos no exterior; 38,2% mantiveram no mesmo patamar; e 16,8% reduziram. A maior parte das empresas ouvidas (56,9%) disse que aumentou os investimentos no Brasil; 38,2%, que mantiveram no mesmo patamar; e 12,1%, que reduziram.

A pesquisa ouviu 237 empre-

sas brasileiras internacionais, principalmente as que atuam com exportação ou que têm subsidiárias no exterior. Entre as pesquisadas, a maior parte é do ramo do comércio (16,5%), seguido de fabricação de máquinas e equipamentos (10,2%), e fabricação de produtos químicos (7,1%). Segundo o le-

vantamento, 54,6% das empresas ouvidas disseram que os resultados financeiros no exterior melhoraram nos últimos dois anos; 27%, que se mantiveram estáveis; e 18,3%, que reduziram.

O resultado é muito parecido com o que as empresas afirmaram sobre seus resultados no mercado

doméstico: 57,9% disseram que os resultados melhoraram; 22,4%, que se mantiveram estáveis; e 19,7%, que reduziram. Apenas 10,5% das empresas ouvidas disseram que planejam diminuir as operações nos mercados externos em que elas já atuam, nos próximos dois anos.

Segundo a pesquisa, os motivos são atribuídos, em geral, a fatores como os impactos da pandemia da covid-19, a guerra na Ucrânia, o aumento de fretes, os altos juros e inflação.

Já 64,4% das empresas afirmaram que planejam, nos próximos dois anos, a expansão nos mercados em que já atuam. “Os principais motivos para essa expansão são: novas possibilidades no exterior, crescimento do e-commerce, consolidação de alianças e parcerias, oferta de produtos inovadores, investimento em qualificações técnicas e operacionais e maior reconhecimento da marca”, diz o texto da pesquisa.

Senado avalia aumento na conta de luz

Subsídios para energia solar e Pequenas Centrais Hidrelétricas, em discussão no Senado, podem gerar um custo adicional para os consumidores de energia de R\$ 4 bilhões ao ano, nos próximos 22 anos, aponta levantamento realizado pela Frente Nacional dos Consumidores de Energia. Segundo a entidade, serão R\$ 238 bilhões em subsídios, que é a soma dos cerca de R\$ 150 bilhões já previstos com o adicional de R\$ 88 bilhões que os senadores po-

dem acrescentar, o que vai elevar a conta de luz em 5,4% no período.

A prorrogação dos subsídios foi proposta no PL (Projeto de Lei) 2.703/2022, de autoria do deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP). Originalmente, o texto tratava da extensão do prazo para ter acesso aos benefícios na instalação de painéis solares na categoria de GD (Geração Distribuída), que abarca micro e minigeração. Os interessados teriam 12 meses adicionais para

acessar descontos previstos na Lei 14.300. Um adendo à proposta, no entanto, conferiu as mesmas vantagens para novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (megawatts) no Centro-Oeste. Aprovado com urgência na Câmara, o texto agora está sob a relatoria do senador Otto Alencar (PSD-BA) na CAE.

A expectativa era que o PL seria engavetado na Casa, pois os senadores têm sido mais sensíveis para barrar propostas da

Câmara que elevam custos para os consumidores de energia. O lobby dos segmentos beneficiados, porém, tem sido muito forte, e o PL começou a andar.

Os subsídios previstos na lei original já custam R\$ 6,8 bilhões ao ano na conta de luz. Com o adicional em avaliação no Congresso dentro do PL 2.703, a conta sobe para R\$ 10,8 bilhões ao ano, de 2024 a 2045, para os consumidores de energia.

CORREIO ESPORTIVO

MUITA GRANA

O Manchester United fechou um dos maiores acordos de patrocínio do futebol. O clube anunciou na terça que chegou a um acordo com a empresa norte-americana de tecnologia Qualcomm, que estampará a marca da subsidiária Snapdragon nos uniformes dos jogadores. O valor do acordo não foi divulgado oficialmente, mas a mídia inglesa aponta que o contrato é de 60 milhões de libras (R\$ 370,5 milhões) por temporada, por três anos.

Reprodução
Valor de 60 milhões de libras

Um pouco abaixo do Real Madrid

Os valores ficam abaixo do maior contrato do Real Madrid com a companhia aérea Emirates, de 70 milhões de euros anuais. A Qualcomm já tem um acordo de parceria global com o time de Manchester desde a temporada

passada, que agora foi expandido. Pelos novos termos firmados, o logo da Snapdragon vai estampar a parte da frente da camisa dos times masculino e feminino a partir da temporada 2024/25.

Richarlison I

A falta de gols não é por acaso. O atacante Richarlison revelou momentos difíceis fora de campo nos últimos meses e citou ter se livrado de pessoas que estavam de olho no dinheiro dele.

Richarlison II

"O extracampo não está muito bem. Esses últimos cinco meses foram muito difíceis. Já melhorou. As pessoas que estavam próximas de mim só de olho no meu dinheiro eu botei para ralar também".

Richarlison III

A declaração do jogador veio após a vitória sobre o Peru, por 1 a 0, pelas Eliminatórias, quando chegou a comemorar um gol de cabeça, mas a jogada foi devidamente anulada por impedimento.

Richarlison IIII

Não por acaso, ele disse que buscará ajuda. "Em Belém estava tranquilo. O desabafo lá foi mais pelas coisas não estarem acontecendo para mim. Eu estava fazendo praticamente tudo correto".

São Januário está liberado

Vasco deve voltar a receber torcida em casa contra o Coritiba

O Vasco chegou a um acordo com o MPRJ, em reunião realizada ontem, e assinou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a liberação de São Januário. O clube, agora, aguarda a homologação na Justiça. A expectativa é que a torcida possa voltar ao estádio no duelo com o Coritiba, dia 21, pelo Brasileiro.

São Januário estava impedido de receber torcida desde o dia 23 de junho, por determinação do TJRJ, após confusão no duelo entre Vasco e Goiás, pelo Brasileiro.

O encontro da tarde aconteceu no gabinete do procurador-geral de Justiça, Luciano Mattos. Como o clube recorreu ao STJ, a atribuição do processo passou a ser da Procuradoria-Geral de Justiça.

A reunião contou com o prefeito do Rio Eduardo Paes, o presidente da Ferj Rubens Lopes, o presidente do Vasco Jorge Salgado, o CEO da SAF



Reprodução/Vasco da Gama

O estádio estava impedido de receber jogos desde 23/06

Lucio Barbosa, além de representantes da Polícia Militar e Bombeiros.

No acordo, o Cruz-Maltino se comprometeu com algumas mudanças em São Januário, que vão acontecer de forma gradual.

O Vasco indicou o aumento no número de catracas, aumento do espaço útil no acesso às

catracas, ajuste na abertura dos portões para a saída, aumento do número de câmeras no interior do estádio e reconhecimento facial nas catracas.

O caso

Houve uma confusão em São Januário após a derrota do Vasco para o Goiás, no dia 22 de junho.

O STJD determinou São Januário com portões fechados por 30 dias. A decisão proibia também a entrada da torcida do Vasco como visitante.

Posteriormente, a Justiça acatou um pedido do MPRJ e interditou São Januário.

Por; Alexandre Araújo/
Folhapress

Massa quer título da F1 e indenização

Quando decidiu travar uma batalha na Justiça para ser reconhecido como o campeão de 2008 da F1, Felipe Massa, 42, tinha dois objetivos: conseguir uma reparação para o automobilismo brasileiro e, não menos importante, ser indenizado por tudo o que acredita ter deixado de ganhar.

Bernardo Viana, advogado brasileiro que lidera a equipe jurídica de piloto no Brasil, estima que seu cliente tenha

registrado perdas que podem ultrapassar os US\$ 100 milhões (R\$ 494 milhões).

"É só a gente voltar atrás, olhar as informações sobre os aumentos de contratos de campeões, patrocínios e tudo o mais. Isso fora o ganho de imagem que ele teria", afirma à reportagem.

"Estamos falando de uma causa muito substancial", diz. "Mas, só para acentuar, o principal objetivo dele é esportivo."

Nesta semana, representantes de Massa enviaram notificações denominadas "preservation notices" para Ferrari, Renault-Alpine, ING (ex-patrocinadora da equipe francesa), Flavio Briatore, Pat Symonds e Steve Nielsen.

"Preservation notices" são requerimentos formais de preservação de documentos, usados para tornar o destinatário ciente de um litígio. A ação tem como meta evitar a destruição

ou a modificação de documentos, neste caso relacionados ao GP de Singapura de 2008.

Engenheiro da Renault na época, Pat Symonds teria pedido a Nelson Piquet Jr., filho do tricampeão Nelson Piquet, que batesse o carro de propósito durante a corrida para beneficiar Fernando Alonso, seu companheiro na equipe francesa.

A ação alterou a dinâmica da prova no momento em que Massa a liderava.

INTERNACIONAL

CORREIO NO MUNDO

TRAGÉDIA

Ao menos 56 pessoas morreram e outras 37 ficaram feridas em um incêndio em um prédio residencial em Hanói, capital do Vietnã, na madrugada de quarta-feira (13). Entre as vítimas estão crianças, mas não foi detalhado o número de menores de idade. De acordo com as poucas informações fornecidas pela agência de notícias estatal, a VNA, as chamas começaram a se espalhar ainda durante a noite de terça-feira (12) no horário local.

Reprodução
56 mortos no Vietnã

Moradores saltaram do prédio

O edifício de nove andares tinha cerca de 150 moradores, a maioria famílias e estudantes. À imprensa oficial um porta-voz do Hospital Universitário de Hanói, para onde foram levadas as vítimas, disse que muitos apresenta-

vam ferimentos múltiplos não apenas pelo fogo, mas também por terem saltado das janelas para escapar do incêndio. As chamas atingiram a maior parte do prédio, e bombeiros tiveram dificuldade de acessar o local.

Emergência

Um menino de dois anos teve que passar por uma cirurgia de emergência após engolir acidentalmente oito agulhas hipodérmicas no Peru. Os médicos levaram cerca de duas horas para retirar os objetos.

Acidente fatal

Uma turista de 24 anos morreu após ter as pernas arrancadas pela hélice de um barco enquanto desfrutava de um mergulho no mar com sua família, em Haynes Cay, na ilha colombiana de San Andrés, no Caribe.

Papa x Rambo

Um encontro inesperado aconteceu entre Sylvester Stallone e o papa Francisco, na última semana. Os dois se reuniram durante uma visita do ator e a família ao Vaticano, na Itália. "Sério? Nós podemos lutar", brincou o artista.

Greve nos EUA

Atores e roteiristas de Hollywood, faxineiras, atendentes das redes Starbucks e McDonald's e funcionários de hospitais. Essas são algumas das categorias envolvidas nas 270 greves que os EUA registram em 2023.

Brasileiro é pego nos EUA

Fugitivo Danilo Carvalho, 34, foi encontrado pela polícia

O brasileiro Danilo Cavalcante, 34, foi capturado pela polícia da Pensilvânia, nos Estados Unidos, na quarta-feira (13). Condenado a prisão perpétua pelo assassinato da ex-namorada, ele havia fugido da prisão no dia 31 de agosto.

Moradores da região de Chester, onde centenas de policiais vinham fazendo as buscas nos últimos dias, receberam uma mensagem pela manhã dizendo que a procura pelo brasileiro havia acabado. Ele foi capturado por volta das 9h.

De acordo com o tenente-coronel George Bivens, da Polícia Estadual da Pensilvânia, no começo da madrugada desta quarta (13) uma aeronave da asa fixa equipada com sensores térmicos captou um sinal de calor em uma área de vegetação e conseguiu rastrear-lo durante um tempo, mas foi atrapalhada por uma tempestade e teve que sair da área.

A região foi então cercada



Reprodução

Condenado perpetuamente, ele fugiu da cadeia em 31 de agosto

por equipes táticas em terra, que delimitaram o perímetro durante as chuvas até que a aeronave pudesse voltar. Pela manhã, ela captou novamente o sinal de calor.

Por volta de 25 agentes encontraram o fugitivo em uma área de vegetação densa. "Cavalcante não percebeu que estava cercado até que isso aconte-

teceu. Isso não o impediu de tentar escapar", disse Bivens.

Ao perceber a presença dos policiais, ele tentou fugir rastejando com um fuzil. Cachorros foram soltos, o brasileiro tentou resistir e sofreu uma mordida na cabeça. Em seguida, Cavalcante foi capturado. Um médico examinou a mordida no momento, disse Bivens.

ser um pastor-alemão ou um pastor-belga-malinois.

Na TV, canais mostram imagens de Cavalcante sob custódia. Algemado, o brasileiro usa calças escuras e uma blusa do time de futebol americano Philadelphia Eagles, calçados pretos e tem os cabelos molhados.

Por; Fernanda Perrin/
Folhapress

O ápice na crise da legitimidade palestina

"Saíam! Saíam!", gritava a multidão no funeral de 10 dos 12 palestinos mortos pelo Exército de Israel em uma incursão a territórios ocupados na Cisjordânia em julho, a maior em 20 anos. Ao contrário do que se presumiria, os gritos não tinham como alvo soldados israelenses, e sim três integrantes da Autoridade Palestina, ao fim expulsos pela horda em fúria.

O episódio é simbólico de uma crise de legitimidade que, de acordo com analistas, assombra o órgão, concebido como uma es-

pécie de governo de transição até o estabelecimento de um Estado palestino.

Mark Tessler, professor de ciência política da Universidade de Michigan e codiretor do projeto Arab Barometer, que conduz pesquisas no Oriente Médio e na África, diz que esse processo talvez tenha alcançado seu ápice este ano —às vésperas do marco de três décadas de sua criação, por meio dos Acordos de Paz de Oslo.

Por; Carla Balbi/
Folhapress

Kim diz apoiar Putin contra o 'imperialismo'

Em meio a um intenso dia de combates na Ucrânia e com direito a disparo de mísseis pela Coreia do Norte, o presidente Vladimir Putin recebeu o ditador Kim Jong-un em uma base de lançamento de mísseis no Extremo Oriente da Rússia.

No início do encontro, Kim disse a Putin que ele tem seu "total apoio na luta sagrada contra as forças hegemônicas", em português o Ocidente liderado pelos EUA, que apoiam a Ucrânia contra a invasão.

Mais tarde, o norte-coreano brindou: "O Exército russo e seu povo vão certamente ganhar uma grande vitória na luta sagrada pela punição do grande mal que clama hegemonia e alimenta ilusão expansionista".

Se não houve menções explícitas ao que todos observadores creem ter sido o objetivo central do encontro, o acesso do Kremlin ao vasto arsenal de munição norte-coreana para a guerra, sobram sugestões de que isso estaria garantido.

Moraes: 8 de janeiro não foi 'domingo no parque'

Relator vota por 17 anos de prisão. Nunes Marques por pena mais branda

Por Gabriela Gallo e Murilo Adjuto

O Supremo Tribunal Federal (STF) segue o julgamento dos réus acusados de participar dos ataques à sede dos Três Poderes no dia 8 de janeiro, em Brasília. A sessão, que é o primeiro julgamento dos réus no Supremo, começou nesta quarta-feira (13) e continua nesta quinta-feira (14) às 9h30. São julgados quatro réus: Aécio Lúcio Costa Pereira, Thiago de Assis Mathar, Matheus Lima de Carvalho Lázaro e Moacir José dos Santos, o único que está solto. Até o momento, julga-se somente Aécio Pereira. Moraes, relator do processo, votou por condená-lo a 17 anos de prisão e 100 dias multa.

Todos os réus são julgados pelos mesmos crimes: associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, Golpe de Estado, deterioração do patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União.

O primeiro réu julgado é ex-funcionário da empresa de saneamento paulista Sabesp. Aécio Pereira, de 51 anos, é morador de Diadema (SP). Ele foi preso em flagrante no Senado



Moraes condenou réu nos atos golpistas a 17 anos de prisão

Federal, mas também é acusado de ter depredado outros pontos. Em seu depoimento, ele negou ter participado do "quebra-quebra". Os demais serão julgados nas próximas sessões.

Terraplanismo

Já no início do seu voto, Alexandre de Moraes reforçou a gravidade dos ataques. Após ser provocado pelo advogado do réu, o desembargador aposentado Sebastião Coelho, que

disse que o julgamento era "político", Moraes declarou que o "negacionismo obscuro" faz com que envolvidos, e seus advogados, tentem minimizar os atos golpistas.

"Às vezes, o terraplanismo e o negacionismo obscuro de algumas pessoas faz parecer que no dia 8 de janeiro tivemos um 'domingo no parque'. Então, as pessoas vieram, as pessoas pegaram um ticket, pegaram uma fila assim como fazem no Hopi-Ha-

ri ou na Disney. 'Agora vamos invadir o Supremo, vamos quebrar uma coisinha aqui. Agora vamos invadir o Senado. Agora vamos invadir o Palácio do Planalto'. Como se fosse possível: 'Agora vamos orar da cadeira do presidente do Senado'. Presidente [Rosa Weber], é tão ridículo ouvir isso que a Ordem dos Advogados do Brasil não deveria permitir", disse Moraes.

Ele ainda defendeu a competência do Supremo para jul-

gar a ação e disse que o plenário já tem 1.345 acórdãos, que é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais, reconhecendo a competência da Corte para o processamento e julgamento desta questão.

Nunes Marques

Depois de Moraes, votou o ministro Kassio Nunes Marques, que é o revisor das ações contra os réus. Nunes Marques também condenou

Aécio, mas de forma branda. Em seu voto, ele declarou que não viu evidências suficientes para condenar o réu a todas as acusações. Ele considera que "apesar da gravidade dos atos de vandalismo", as manifestações de 8 de janeiro "não tiveram alcance de consistir em uma tentativa de abolir o Estado de Direito".

"Um grupo difuso e descoordenado de manifestantes não teria qualquer condição de atuar na concepção desse crime. A realização de atos de vandalismo com o objetivo de desencadear uma intervenção militar constituiu, segundo penso, um expediente completamente inapto ao alcance dos manifestantes", pontuou o magistrado.

No entanto, Nunes Marques condenou Aécio pelos crimes de dano e deterioração do patrimônio tombado, condenando-o a dois anos e seis meses de prisão em regime aberto. "As fotos e vídeos por ele postados [nas redes sociais], demonstram que ele aderiu aos manifestantes que ingressaram mediante violência no Congresso, concorrendo para os danos do patrimônio tombado", disse o ministro.

A sessão acabou no voto Marques. Os demais magistrados irão proferir seus votos na sessão de hoje.

Câmara aprova a polêmica minirreforma eleitoral

Destaques ao texto, porém, ficaram para a manhã de hoje

Por Rudolfo Lago e Ana Paula Marques

A minirreforma eleitoral foi aprovada na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (13) com 367 votos a favor, 86 contra e uma abstenção. Os destaques ao texto, que podem, por exemplo, alterar pontos polêmicos como a flexibilização da exigência de cotas para mulheres e negros, ficaram para ser votados nesta quinta-feira (14) pela manhã. Tentativa anterior de adiamento do texto já indicava a ampla maioria de um projeto que, relatado pelo deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA) e apoiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acabou somando apoios tanto de governistas como de opositoristas. Banhado de polêmicas, parlamentares precisam tornar o projeto em lei antes do dia cinco de outubro para que as alterações possam valer nas próximas eleições ano que vem.

As alterações vão desde o afrouxamento das políticas de proteção às cotas de raça e gênero à proibição de revogação por meio judicial de candidaturas após o período das eleições e mudança do cálculo de distribuição das chamadas "sobras" eleitorais, que são as vagas não preenchidas pelos critérios do sistema proporcional.

O texto, porém, tem também avanços. Se não houver destaque que alterem o texto e se, depois, aprovado projeto no Senado o cálculo de cotas de gênero dos Fundos Eleitoral e Partidário valerá também para candidaturas majoritárias (para prefeito, governador, senador e presidente da República. Hoje, valem apenas



Apoiada por Lira, minirreforma foi aprovada na noite de quinta-feira

para as candidaturas proporcionais (deputado federal, estadual, distrital e vereador).

Cotas

Hoje o cálculo de repasse é feito em cima da proporcionalidade, ou seja, se existir 40% de candidaturas de cotas, 40% tem que ser repassado de forma igualitária e essas candidaturas. Agora, na prática, o projeto ainda respeita a regra do repasse mínimo de 30%, mas fica a critério do partido como esses valores serão investidos e divididos, caso sejam.

Outra alteração é a mudança do prazo de inelegibilidade. Hoje, um político que perde o cargo fica inelegível pelos anos em que iria cumprir seu mandato e mais oito anos. A minirreforma defende que o período

de inelegibilidade seja apenas oito anos a partir da perda do mandato.

Outra mudança prevê que candidatos eleitos não possam ter seus cargos revogados se a Justiça declarar que o registro é inválido após as eleições. Isso significa, que após eleito, um político não poderá ter seu cargo cassado pela justiça. Hoje, esses processos contra registros de candidaturas podem ocorrer até depois do pleito.

Doações

A minirreforma prevê que doações enviadas por PIX não precisam mais ter por obrigatoriedade o CPF como chave, o documento não especifica se existe limite de doações por pessoa.

Além disso, a proposta aca-

ba com as prestações de contas parciais dos candidatos, partidos e coligações feitas no meio da campanha eleitoral.

PEC da Anistia

Outra proposta parecida tramita na Câmara, PEC da Anistia Partidária, que concede anistia aos partidos políticos que não cumpriram as cotas mínimas de destinação de recursos em questão de gênero ou raça nas eleições de 2022. O texto estava em análise na comissão especial da câmara na última quarta-feira (13), porém foi pedido vista, o que adiou a votação.

Esse substitutivo sugere uma cota mínima de 20% dos recursos dos fundos eleitoral e partidário para candidaturas de pessoas pretas e pardas, independentemente do sexo.

Projeto de lei que regulamenta apostas esportivas é aprovado

Por João Gabriel e Ranier Bragon (Folhapress)

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (13) o projeto de lei das apostas esportivas online, as apostas de alíquota fixa, que traz uma estimativa de arrecadação de R\$ 1,6 bilhão em 2024, de acordo com projeções do governo.

A aprovação ocorreu de forma simbólica, sem contagem nominal dos votos. Apenas alguns parlamentares do PSOL e do Novo votaram contra o projeto.

Inicialmente, o plano do governo era que a regulamentação das chamadas "bets" tramitasse via MP (medida provisória), mas houve um acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que ele fosse transformado em um projeto de lei. O texto segue para análise do Senado.

A proposta aprovada manteve a carga tributária de 18%, que havia sido proposta inicialmente por Lula e que é base para os cálculos de quanto o governo pode arrecadar com a atividade no país.

O valor da outorga para uma empresa poder atuar no Brasil foi estimado em R\$ 30 milhões, mas o tempo de duração da autorização, que inicialmente no relatório estava em cinco anos, foi reduzido para três, o que era uma demanda do governo.

O relatório do projeto de lei alterou a distribuição da verba, reduzindo o montante para a seguridade social, e contemplando dois ministérios que recentemente foram usados para abrigar o centrão — Esporte e Turismo.

A MP enviada pelo governo no primeiro semestre previa que a rubrica social teria direito a 10% das arrecadações de loterias, após os descontos. O relatório do deputado Adolfo Viana (PSDB-BA), publicado nesta terça-feira (12), prevê que este montante passe a 2%.

Antes, o Esporte tinha direito a receber 3% da arrecadação das apostas, valor que sobe para 4% pelo projeto. Já o Turismo, que sequer aparecia na MP, foi contemplado com 4%, com mais 1% para a Embratur.

Recentemente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) demitiu a ex-atleta Ana Moser do Ministério do Esporte para contemplar o deputado federal André Fufuca (PP-MA), aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como parte da minirreforma eleitoral para dar mais espaço ao centrão dentro do Executivo.

Antes, no final do primeiro semestre, Lula já havia exonerado Daniela Carneiro do Turismo e a pasta foi para Celso Sabino (União Brasil-PA).

Ambos os ministérios foram beneficiados com o projeto de lei aprovado pelos deputados, em comparação com a medida provisória anterior do governo.

As apostas esportivas terão sua gestão dividida entre Esportes e o Ministério da Fazenda, que ficará responsável pela arrecadação. O secretário do tema deve ser o advogado José Francisco Manssour, que trabalhou na elaboração do tema e faz parte da equipe do ministro Fernando Haddad — a estrutura da secretaria e o cargo, no entanto, ainda precisam ser criados pelo Executivo e aprovados no Congresso.